

INTRODUÇÃO

SARA MORAIS

*Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília (UnB)*

O projeto que deu origem a este livro, intitulado *Patrimônio Cultural Imaterial em Contextos Africanos*, teve como objetivo fornecer material de referência sobre o tema do patrimônio cultural em países africanos para leitores de língua portuguesa, em especial para universidades públicas do Distrito Federal, gestores públicos e coletivos culturais. Visava, sobretudo, produzir reflexões que pudessem subsidiar a implementação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana¹, e a Portaria nº 265/2016, que aborda ações e objetivos da educação patrimonial no DF. Concorrendo ao Edital FAC I – 2024 (Projeto nº I.240872. Edital nº 14/2024, do Fundo de Apoio à Cultura/SECEC/DF), foi aprovado e começou a ser executado em 2025 (Termo de Ajuste nº 619/2024. Processo SEI nº 00150-00007085/2024-18). O livro que os leitores têm em mãos é o produto, contudo, de um projeto anterior, desenvolvido durante meu pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) entre 2022 e 2025. Viabilizadas pelo FAC/DF, as traduções previstas neste projeto puderam ser finalmente publicadas.

¹ A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Aos cinco artigos traduzidos resolvemos acrescentar a republicação de um texto de uma coletânea publicada no Brasil em 2012. O resultado a que chegamos acabou por adquirir uma valiosa coerência. Ancorados em substantivas pesquisas de campo em contextos africanos diversos, os conteúdos dos textos aqui reunidos nos conectam com algumas das principais questões enfrentadas pelos estudos sobre patrimônio imaterial (e, mais amplamente, pela própria antropologia): i) transmissão cultural de geração a geração; ii) espetacularização de formas culturais expressivas; iii) polissemia do termo patrimônio cultural; iv) memória e nostalgia; v) tensões entre gerações sucessivas e relações de gênero; vi) transformação de práticas tradicionais complexas em ícones da nação.

As reflexões que apresentarei nas linhas que seguem são fruto de longos anos de experiência com o trabalho e a pesquisa voltados ao tema do patrimônio cultural imaterial no Brasil e no continente africano. O meu ingresso no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em novembro de 2013, como técnica em antropologia no Departamento de Patrimônio Imaterial, foi fundamental para a consolidação de uma agenda de pesquisas que culminou na minha admissão como professora no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília em setembro de 2025. Após realizar uma pesquisa sobre o processo de patrimonialização das *timbila* em Moçambique durante o doutorado (2016-2020)², submeti à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) um projeto de pós-doutorado que ampliava para outros países da África Austral as questões anteriormente levantadas e analisadas para o caso moçambicano. Sob a supervisão do Professor Chris-

² A tese deu origem ao livro **O palco e o mato: o lugar das *timbila* no projeto de construção da nação em Moçambique** (2024), editado pela ABA Publicações, em parceria com a Editora Telha.

tiano Key Tambascia — autor do Prefácio deste livro — na Universidade de Campinas (UNICAMP), e beneficiária da bolsa FAPESP (Processo nº 2022/11228-1) entre 2022 e 2025, desenvolvi o projeto “Entre dossiês e práticas de reprodução cultural: patrimônio imaterial na África Austral”.

A ideia de traduzir textos para o português surgiu durante a elaboração desse projeto de pós-doutorado, atividade que foi nele contemplada. No período de realização dessa pesquisa, publicamos, na revista **Proa** – Revista de Antropologia e Arte, da Unicamp, uma tradução do artigo “O segredo exposto: revelação e reconhecimento de um patrimônio imaterial no Senegal”, de Ferdinand De Jong, escrito originalmente em francês. A versão que apresentamos aqui é a tradução do mesmo artigo, embora com uma nova revisão técnica e com a inserção de novas imagens. Os outros quatro artigos tiveram que esperar um pouco mais, e vêm a público agora, reunidos no formato de coletânea. As traduções, portanto, faziam parte de um projeto mais amplo de produção de material inédito sobre bens culturais imateriais (com foco em países da África Austral³) e reflexão teórica voltada ao patrimônio imaterial sob uma perspectiva antropológica.

Em tempos de crescente internacionalização da antropologia e da multiplicação de estudos sobre patrimônio cultural imaterial no país, da ampliação da inserção profissional de antropólogos em domínios não acadêmicos (administração pública, agências não governamentais etc.) com o objetivo de formular e implementar políticas públicas e, por fim, do interesse e do debate público sobre questões relacionadas ao patrimônio cultural, a experiência de países africanos talvez possa contribuir

³ São países da África Austral: África do Sul, Angola, Botswana, Comores, Essuatíni, Lesoto, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue. Para uma discussão sócio-histórica sobre a formação dessa região a partir de uma visão de sua política econômica, ver Chanaiwa (2010).

para o melhor entendimento dos desafios, possibilidades e limites implicados nesses processos. As pesquisas centradas em contextos africanos e as análises delas advindas podem lançar luz sobre questões que acabaram sendo capturadas pelas ciências sociais sem muita problematização crítica, a exemplo da politização do discurso do patrimônio cultural como via para a conquista de direitos, da utilização das noções de autenticidade e tradição e do uso instrumental do discurso patrimonial autorizado como caminho para o fortalecimento de “identidades”.

Apesar de a diáspora africana se constituir como um fenômeno fundamental para a consolidação de muitas das dinâmicas societárias do Brasil contemporâneo, infelizmente o conhecimento acerca da história do continente africano e de seus sujeitos e suas práticas culturais ainda é escasso. Embora as pesquisas antropológicas realizadas em espaços africanos venham crescentemente despertando o interesse de cientistas sociais brasileiros nos últimos anos, tal produção tende a ficar restrita à reflexão acadêmica pós-graduada, sem alcançar grande parte dos discentes oriundos de escolas de ensino médio e de cursos universitários de graduação.

É relevante enfatizar, nesse cenário, a sanção presidencial da Lei 10.639⁴, de 2003, tornou obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras. Não temos espaço aqui para discutir os meandros de formulação e o contextos de implementação desta lei⁵. Embora este não se trate de um livro didático, nossa expectativa é a de que os

⁴ A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

⁵ Ver, a esse respeito, a excelente discussão proposta por Pereira (2008).

conteúdos dos textos e as discussões propostas pelos seus autores possam ensejar novas perspectivas sobre África para o público leitor de português, especialmente no Brasil.

Outras portarias e normativas foram criadas após a sanção desta lei, visando à formação discente a respeito da temática em salas de aula. Entretanto, ainda contamos com um reduzido número de docentes das ciências sociais lotados em universidades públicas com especialização nessa área de estudos para ministrar cursos e formar estudantes que se tornarão professores do ensino básico, ou seja, os profissionais especializados para ensinar sobre culturas africanas e afro-brasileiras. A antropologia poderia assumir papel mais ativo nessa luta, a despeito das dificuldades impostas em solo brasileiro para realizar pesquisa no continente africano. Concordamos com Pereira (2008, p. 273) quando afirma:

É incontestável o papel desempenhado pelos movimentos negros para que esta lei fosse promulgada, e ainda de maior importância a mobilização negra para a implementação do ensino de África nas escolas. Porém não se implementam novos conteúdos e formas de ensino sem pesquisa qualificada.

Tendo como diretriz abordagens antropológicas sobre o tema do patrimônio cultural tal como percebidos em distintos espaços africanos e por atores sociais diversos, o material aqui produzido, fruto de pesquisas realizadas nesses espaços, tem como propósito contribuir para a produção de conhecimento sobre África e de estímulo para a materialização de diálogos frutíferos em espaços escolares e universitários, em instituições promotoras de políticas públicas e no âmbito de coletivos da sociedade civil.

Breve contextualização sobre os reconhecimentos de bens culturais imateriais pela UNESCO

De Jong e Rowlands (2007) discutem como, em África, o direito de participar da “cultura” incorpora a ideia de que a identidade cultural está decisivamente atrelada ao patrimônio cultural. De fato, as noções de cultura e patrimônio cultural estão bastante imbricadas em muitos desses contextos, o que torna as pesquisas com foco em processos de patrimonialização ainda mais interessantes, uma vez que as percepções sobre eles ora se distanciam dos discursos oficiais de agências internacionais, ora delas se aproximam. De um modo ou de outro, os autores desta coletânea dialogam com as ideias e processos oriundos do principal instrumento da Unesco voltado à salvaguarda do patrimônio imaterial: a Convenção de 2003. Mas antes da sua entrada em vigor três anos depois, em 2006, havia outros tipos de reconhecimento.

Criado pela Unesco em 1997, e tendo contado com três edições (2001, 2002 e 2003), o Programa das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade tinha como principais objetivos sensibilizar a “comunidade internacional” para a importância do patrimônio oral e intangível/imaterial e para a necessidade de sua salvaguarda; encorajar os países a estabelecer inventários nacionais e tomar medidas legais e administrativas para a proteção do seu patrimônio oral e intangível; entre outros (Unesco, 2006). Esse Programa e o sistema dos “tesouros humanos vivos”⁶ foram as primeiras experiências dedicadas à preservação do patrimônio imaterial desenvolvidas pela Unesco. A partir de 2006, com a implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultu-

⁶ Sobre este tema, ver Abreu (2009).

ral Imaterial (Unesco, 2003), passaram a vigorar a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade; a Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que requer medidas de salvaguarda urgentes; e o Registro de Boas Práticas de Salvaguarda⁷.

Dentre as preocupações e questões discutidas acerca das concepções e do campo de atuação que se convencionou chamar de patrimônio imaterial ou intangível, um dos principais desafios enfrentados foi ampliar o foco da Unesco em relação ao domínio patrimonial, que se pautava, quase exclusivamente, no reconhecimento e na preservação de bens de natureza material e natural como Patrimônios Mundiais⁸. De acordo com Hafstein (2013, p. 17), “a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial custou muito a se concretizar. Foram três décadas de negociações, como se costuma dizer na Unesco”. Inúmeros debates conduzidos por funcionários da Unesco e especialistas no tema antecederam e subsidiaram a elaboração do texto final desse documento⁹. O propósito dessa Convenção de 2003 foi, em grande medida, o de promover a implementação de mecanismos de salvaguarda que evitariam ou reverteriam a extinção das manifestações culturais do globo terrestre¹⁰.

⁷ Os bens culturais que haviam sido reconhecidos pelo Programa das Obras-Primas foram automaticamente incorporados pela Lista Representativa em 2008.

⁸ Cf. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Unesco, 1972).

⁹ Importantes estudos etnográficos sobre práticas institucionais da Unesco a partir de reuniões oficiais, conversas informais entre representantes dos países signatários das convenções, análises de textos e convenções foram realizados por Bortolotto (2007; 2011; 2013), Hafstein (2007; 2018), Brumman (2012; 2013; 2016); Labadi (2013); Meskell (2012; 2018); Nielsen (2013); Garcia (2014).

¹⁰ Não se pode deixar de apontar aqui a ressonância desse discurso com o problema da extinção cultural e da nostalgia dos antropólogos tão bem apresentado pelo debate empreendido por Sahlins (1997). Ver também Berliner (2020) para uma discussão sobre antropologia como nostalgia. Para uma análise acurada acerca da construção da ideia de salvaguarda e as transformações pelas quais passou ao longo de algumas décadas, ver Arantes (2019a; 2019b).

É nesse contexto que começam a ser enviadas as candidaturas africanas. Em um primeiro momento, para a proclamação das Obras-Primas, e posteriormente, a partir de 2008, para a inscrição na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade¹¹. De 2008 a 2025, foram inscritos nas listas da Unesco 131 bens culturais africanos ou com participação africana (nos casos de candidaturas multinacionais). Desses, 100 foram inscritos na Lista Representativa (ver Tabela 1, em anexo).

É inegável o sucesso conquistado pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial nessas quase duas décadas desde sua aprovação em Paris. Mais de 150 países, em todos os continentes, a ratificaram, gerando processos e dinâmicas sociais bastante diversificados em contextos igualmente diversos. Muitos países concentraram-se, a partir da sua implementação, na elaboração de inventários de bens culturais imateriais, outros encontraram nas atividades de identificação (pesquisa, produção de material audiovisual, publicação de livros, etc.) e na divulgação os meios mais apropriados para salvaguardar seu patrimônio. Outros tantos, ainda, engajaram-se em ações denominadas de “revitalização”, especialmente no tocante a práticas culturais identificadas como tradicionais.

Além de instaurar um “discurso completamente inovador” (Abreu, 2014, p. 17) e introduzir o reconhecimento oficial de bens imateriais em formato de listas, a Convenção possibilitou a construção de novas instituições e políticas públicas, fortalecendo (ou inaugurando) o compromisso de Estados Nacionais com os grupos e populações de seus territórios detentores de

¹¹A documentação enviada pelos países para candidatar bens a serem inscritos nas listas pode ser encontrada no site da Unesco (Ver em <https://ich.unesco.org/en/lists>. Último acesso em 03 mar. 2026). Trata-se de um formulário padrão de inscrição, um documento de consentimento das comunidades e um inventário (em geral uma listagem com algumas descrições e imagens) de patrimônio imaterial no país.

patrimônio imaterial. A concepção de salvaguarda, esse “dispositivo-chave de governança” — para utilizar termos de inspiração foucaultiana do nosso grande teórico no campo patrimonial, o antropólogo Antonio Augusto Arantes —, “legitima o acesso de grupos politicamente minoritários a direitos que lhes têm sido negados até então, como o de celebrar seu modo de ser e tê-lo reconhecido como legítimo pelas coletividades em que se inserem, nacionais e internacionais” (Arantes, 2021, p. 407). Além disso, a implementação da Convenção complexificou o campo patrimonial — tanto no plano da reflexão quanto no da ação — ao introduzir novos atores e mediadores, aumentando, conseqüentemente, as tensões e os conflitos inerentes aos processos de reconhecimento pelo Estado e pela Unesco.

Na introdução de uma edição da revista francesa **Gradhiva**, editada pelo Museu do Quai Branly – Jacques Chirac, intitulada “Le monde selon l’Unesco” (em tradução literal, “O mundo segundo a Unesco”), seus organizadores, os antropólogos David Berliner e Chiara Bortolotto, afirmam que a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial lançou as questões da cultura e da transmissão cultural — segundo eles, objetos favoritos dos antropólogos —, no cerne da produção global do patrimônio. De fato, de acordo com eles, o universalismo dominante na Unesco passou a ser progressivamente aberto a um relativismo promotor da diversidade cultural. Ao ideal de um patrimônio da humanidade dotado de um valor universal excepcional — recordemo-nos do Programa das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade — foi sendo agregada, pouco a pouco, uma postura relativista, em especial com o advento do Patrimônio Cultural Imaterial (da Convenção), um patrimônio construído pela comunidade de seus detentores.

Na esteira da expansão e consolidação de políticas internacionais de patrimônio cultural no continente africano, os últimos vinte anos as-

sistiram à multiplicação de estudos antropológicos sobre expressões culturais de natureza material e imaterial em África. Em sua maior parte, tais estudos concentraram-se na região da África Ocidental¹²; pouca atenção, porém, tem sido dada por antropólogos a outras regiões africanas, em particular à África Austral. Parte dos esforços em incluir tradução de texto cuja pesquisa foi realizada no Malawi, assim como minha própria experiência de pesquisa em Moçambique e, mais recentemente, na Zâmbia, visa justamente reparar esta lacuna.

A noção de patrimônio imaterial tem sido acolhida por países africanos sem muita tensão reflexiva, reforçando a ideia de uma África presa às “raízes” (De Jong; Rowlands, 2007), definida e apresentada como um repositório de saberes autênticos constituidores da sua existência. Quanto ao patrimônio “de pedra e cal”, representado em muitos países por meio de monumentos históricos e edificações consideradas autênticas do ponto de vista arquitetônico, no continente africano essa dimensão é, em geral, representada por locais associados ao tráfico de escravizados¹³.

No caso dos países africanos, representados majoritariamente pelo seu patrimônio imaterial nos fóruns internacionais promovidos

¹² Cf. De Jong e Rowlands (2007); De Jong (2013); Gilman (2015); Silverman (2015) Peterson, Gavua e Rassool (2015); Deacon et al (2017).

¹³ Para uma leitura crítica sobre espaços edificados utilizados no passado como rotas para a escravidão transatlântica, com foco na visita de turistas afro-americanos ao castelo de Elmina, na costa de Gana, ver Bruner (1996). Para uma leitura crítica e criativa sobre o tráfico atlântico de escravizados e sobre arquivos históricos com foco também em Gana, ver Hartman (2021). Uma outra linha de análise bastante frutífera nesse aspecto da arquitetura em contexto africano é o estudo da antropóloga Suzanne Blier sobre as casas Batammaliba, localizadas no Togo e no Benin. De acordo com a autora, as concepções de casa e de arquitetura dos seus interlocutores são muito distintas das concepções ocidentais. Para os Batammaliba, as casas são seres vivos, sendo descritas com referência às partes do corpo humano (estômago, pernas, boca, olhos, partes sexuais, intestino, etc.). Essa autora defende que, assim como no estudo dos seres humanos, na análise da arquitetura é necessário olhar para cada edificação como um organismo vivo e ativo (Cf. Blier, 1987).

pela Unesco, estaríamos diante de Estados frágeis e deficientes em estruturas materiais e nos concomitantes recursos econômicos. Essa associação nos conduz ao problema que identifica o processo de construção nacional em África como incompleto, parcial, ausente ou mesmo inviável (Trajano Filho, 1993; Thomaz, 2019)¹⁴.

Processos de patrimonialização estão intrinsecamente relacionados a projetos de construção nacional; as políticas de identificação e proteção do patrimônio cultural desempenharam um papel significativo na criação de estados-nação modernos (Hafstein, 2018, p. 107) e ainda exercem influência considerável na disputa entre países em arenas políticas internacionais. Entretanto, no caso de países africanos, e a partir dos estudos apresentados nesta coletânea, torna-se relevante refletir sobre os bens culturais inscritos nas listas da Unesco que são compartilhados por mais de um país em regiões fronteiriças. Diferentemente do patrimônio material, que em geral se liga a uma nação pelo predomínio dos seus aspectos materiais e, portanto, fixos no território, os patrimônios naturais e os imateriais podem ter sua ocorrência em mais de um país, incluindo países localizados em diferentes continentes¹⁵.

¹⁴ Thomaz (2019, p. 14) argumenta que o senso comum a respeito dessa constatação infundada, baseada na ideia de que a construção de um Estado nacional na África pós-colonial está fadada ao fracasso, “chega mesmo a invadir as Ciências Humanas [...] as fronteiras africanas parecem ser mais arbitrárias do que outras, sua babel mais ensurdecadora. Quanto ao Estado, insiste-se numa ideia mimética: a experiência estatal africana seria falha, capenga, pois trataria de mimetizar uma história que lhe seria exterior”. Para uma bibliografia crítica que discute as especificidades históricas dos Estados africanos, ver, entre outros, Bayart, 1989; Mamdani, 1996, Cooper, 2005.

¹⁵ No continente africano, diversos exemplos podem ser apontados nessa direção, conforme demonstrado na tabela 1 para os casos do patrimônio imaterial. Exemplos de Patrimônios Mundiais: Complexo W-Arly-Pendjari, compartilhado por Benin, Burkina Faso e Níger; o complexo de conservação chamado Sangha Trinacional, dividido entre Camarões, República Centro Africana e Congo; os Círculos de Pedra da Senegâmbia, compartilhados pela Gâmbia e pelo Senegal; o Parque Maloti-Drakensberg, compartilhado pelo Lesotho e pela África do Sul, etc.

Os casos africanos nos ajudam a pensar em que medida e em quais contextos a nação é central ou não no debate sobre os reconhecimentos de patrimônios culturais pela Unesco. A incidência de ocorrências em mais de um país (em alguns casos, em mais de um continente!) revela as complexas formações históricas da ocupação humana no continente, em que a arbitrariedade na delimitação das fronteiras em nada observou a porosidade e fluidez das práticas dos grupos que compõem seu vasto território. Talvez a centralidade na ideia de identidade nacional na definição do patrimônio cultural não assuma a mesma força em países africanos como em outros lugares do mundo. Ao comparar com os processos de patrimonialização no Brasil, por exemplo, Trajano Filho (ver capítulo 1) argumenta que, embora as questões da identidade nacional não estejam ausentes dos casos africanos, elas não têm a mesma centralidade nem o mesmo sentido de exclusividade que ocupam no debate brasileiro.

Como os leitores poderão observar, as questões discutidas nos textos aqui reunidos configuram-se como uma importante contribuição para os estudos sobre patrimonialização no continente africano, os quais têm se mostrado profícuos no debate mais amplo sobre patrimônio cultural, principalmente por evidenciarem as complexas histórias de construção dos territórios africanos, assim como os intrincados movimentos e fluxos de gente, objetos, ideias e sentidos que confluíram para a formação de seus grupos sociais. Dados analisados por alguns antropólogos a partir de trabalho de campo em diferentes partes do continente (Berliner, 2013; De Jong, 2007, 2013; Gilman, 2015; Morais, 2024) têm mostrado a fragilidade dos discursos e práticas universalis-

tas da Unesco¹⁶, na medida em que suas análises revelaram dinâmicas africanas específicas relativas à participação social, ao engajamento político e à transmissão de saberes distintos dos modelos propalados por esse organismo internacional.

Os casos estudados pelos autores referenciados acima suscitam importantes debates a esse respeito pois, para além das discussões centradas no tema dos efeitos da patrimonialização na dinâmica desses bens (Hafstein, 2018), permitem questionar a validade de tais políticas universalistas, que pouca ressonância encontra entre os detentores do denominado “patrimônio imaterial”.

Os temas e o percurso da coletânea

O primeiro texto que compõe a coletânea, de Wilson Trajano Filho, é o único originalmente escrito em português. Trata-se de uma republicação da versão sem modificações de “Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos”, inserida no livro **Memórias da África: patrimô-**

¹⁶Em artigo publicado na coletânea organizada pela editora Springer, **International Relations and Heritage: Patchwork in Times of Plurality**, argumentei que a participação social dos detentores, requerida pela Unesco no caso das *timbila*, foi efetivada somente a partir do modo como a questão foi interpretada no contexto moçambicano. Assim, os timbaleiros foram representados, para fins de anuência ao processo de patrimonialização, por autoridades tradicionais legitimadas pelo Estado, o que dificultava colocá-los como protagonistas, conforme demandavam as orientações de técnicos da Unesco em correspondência com agentes do governo moçambicano que estavam à frente da candidatura (Morais, 2020). Em artigo selecionado para ser publicado em coletânea editada pelo Programa #HeritageAlive da UNESCO (*Traditional Musical Instruments: Sharing Experiences from the Field*), redigido em parceria com a etnomusicóloga italiana Gianira Ferrara, discutimos algumas das discrepâncias relativas à noção de salvaguarda do patrimônio imaterial entre agentes da Unesco e do governo moçambicano, por um lado, e timbaleiros, de outro (Ferrara; Morais, 2021).

nios, museus e políticas das identidades.¹⁷ Ele foi escolhido para abrir o livro porque propõe um modelo explicativo bastante fecundo para pensar processos de patrimonialização diversos no continente africano. Os casos trabalhados pelo autor são as *tabancas* de Cabo Verde e as *manjuandadis* de Guiné-Bissau, ambos países da costa ocidental africana.

Trajano Filho propõe que processos formais de patrimonialização, muitos deles levados a cabo por instituições nacionais ou internacionais, como a Unesco, são antecidos por outros processos que contribuem para a “objetificação dos artefatos culturais em patrimônio cultural de uma nação ou região”. A estes o autor denominou de pré-patrimonialização. Trata-se de processos que ocorrem muito anteriormente aos reconhecimentos oficiais. Para ele, os processos de patrimonialização são o ponto de chegada de um longo e anterior movimento de objetificação que converte, por meio da intervenção de intelectuais e autoridades administrativas, instituições totais voltadas para a solidariedade, a reciprocidade e convivialidade em ícones da cultura nacional.

Com foco nas *tabancas* cabo-verdianas, Trajano Filho descreve, com riqueza de dados, como elas foram sendo transformadas ao longo do tempo e por diferentes vias, de uma instituição social complexa para uma mera expressão da cultura de massas. Defrontando-se com a percepção comum de que as *tabancas* seriam um “caso exemplar de resistência africana à violência da dominação colonial” — e, por isso mesmo, foi alçada a um símbolo da nação cabo-verdiana —, o autor mostra como a idealização e espetacularização da prática cultural estariam se sobrepondo aos seus aspectos rituais, funcionais e religiosos. E essa percepção é produto sobre-

¹⁷ Cf. SANSONE, Lívio (Org.). *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Brasília; Salvador: ABA Publicações; EDUFBA, 2012. Agradeço ao Lívio Sansone pela gentileza em autorizar esta republicação.

tudo do modo como especialistas (pesquisadores, estudiosos da cultura popular no país, técnicos da área cultural, entre outros) compreendem o fenômeno e o reproduzem em meios diversos.

O Museu da Tabanca, criado na década de 1990, foi fundamental para a pesquisa da qual se originou o texto. Conversando com alguns visitantes, o antropólogo percebeu alguns dos modos pelos quais as pessoas compreendiam as *tabancas*. Todas elas, segundo o autor, teriam ressaltado que elas foram proibidas na época do colonialismo, visão condizente com aquela dos especialistas, conforme mencionei no parágrafo anterior. Atentou-se também para o que diziam os jovens: associavam as *tabancas* a um passado longínquo, como se no presente não mais houvesse. E o vocabulário para se referirem a esse passado era a categoria “cultura”.

Este encapsulamento de práticas rituais complexas ao jargão da cultura é o mote do segundo texto da coletânea, “Tesouro cultural ou demoníaco? Perspectivas locais sobre o Vimbuza, Patrimônio Cultural Imaterial, e a UNESCO no Malawi”, de Lisa Gilman. Nele, a autora discute certas nuances do processo de patrimonialização do Vimbuza, prática de cura que envolve rituais específicos, mas classificada como dança no dossiê enviado à Unesco pelo governo malawiano. Interessado em compreender os efeitos gerados por este reconhecimento e a divulgação e espetacularização da prática cultural no contexto local, o texto de Gilman pode ser colocado em diálogo com o anterior, na medida em que há semelhanças em relação à objetificação das práticas estudadas por ambos os autores. Se, por um lado, Trajano Filho discute a redução semântica associada ao processo de patrimonialização, Lisa Gilman nos mostra as controvérsias em torno da classificação do Vimbuza como cultura, a despeito de suas interlocutoras reivindicarem a “localização” da prática ri-

tual de cura como saúde (e, portanto, tópico a ser tratado pelo Ministério da Saúde, e não pelo da Cultura).

David Berliner é o autor do terceiro capítulo deste livro. Em “Uma transmissão “impossível”: memórias religiosas de jovens na Guiné-Conacri”, ele enfrenta a questão espinhosa da “perda (ou desaparecimento, ou ainda extinção) da cultura”, tão cara aos discursos e narrativas oficiais de instituições de Estado voltadas à implementação de políticas públicas para o patrimônio cultural e de agências internacionais. O foco do autor não recai, necessariamente, em processos de patrimonialização formais. O caso etnográfico apresentado por ele é de renovado interesse, pois ilumina a questão da perda por outras vias, incitando os leitores a refletirem sobre possibilidades alternativas (em termos de geração e gênero) de transmissão cultural, não necessariamente as comumente conhecidas e reproduzidas nos discursos oficiais (de pai para filho, de uma geração mais velha para uma geração mais nova, etc.). Os discursos da Unesco e das instituições estatais em vários países do globo sobre este tema insistem em reproduzir modelos que se pretendem universais, mas que pouco nos ajudam a compreender cenários particulares de transformações de práticas sociais ao longo do tempo.

Para além dessa perspectiva “oficial”, Berliner discute como certos anciões Bulongic, na Guiné Conacri, alimentam discursos nostálgicos sobre práticas que teriam se perdido no passado. O autor argumenta que essa nostalgia é influenciada, em grande medida, por ideologias preservacionistas defendidas por líderes políticos nacionais e pela Unesco. Ancorado em dados etnográficos produzidos por meio de pesquisa de campo realizada na região e em uma densa análise teórica, Berliner enfrenta frontalmente a questão da “perda da cultura”, propondo que os antropólogos deveriam estudar com mais atenção os processos sociais de

transmissão cultural, pois eles são fundamentais para se compreender a construção e reprodução das memórias e das próprias práticas culturais.

Tendo como foco o processo de patrimonialização do *kankurang* e os ritos de iniciação mandingas pela Unesco, no capítulo 4, “O segredo exposto: revelação e reconhecimento de um patrimônio imaterial no Senegal”, De Jong problematiza as questões acerca das pretensas autenticidade e originalidade da cultura, discutindo como a objetificação de um bem cultural se dá em meio a processos de transformação cultural, e não contrariamente a eles. Argumenta, com densa ancoragem etnográfica, que mudança não leva necessariamente ao desaparecimento da cultura. Pela ótica da patrimonialização do *kankurang*, De Jong propõe que o reconhecimento desta prática cultural como Patrimônio da Humanidade deve ser compreendido como um dos muitos registros — remontando à colonização francesa — pelos quais o *kankurang* é vivido e por distintos sujeitos no Senegal. Assim como Trajano Filho, o autor recua no tempo em sua análise, de modo a demonstrar que a objetificação das cerimônias envolvendo o *kankurang* é muito anterior ao reconhecimento oficial pela Unesco. De Jong reflete, ainda, sobre o segredo inerente aos ritos de iniciação, e o lugar que ele passa a ter em processos de espetacularização contemporâneos. Sua abordagem permite que complexifiquemos não somente o problema do incômodo acerca da mercantilização de bens patrimoniais (Bortolotto, 2021), mas sobretudo os processos de transformação que conformam as várias vidas da prática social.

O capítulo 5, de Charlotte Joy, intitulado “Negociando identidades materiais: homens jovens e modernidade em Djenné”, apresenta um caso intrigante e inspirador. Discutindo o patrimônio cultural em suas naturezas material e imaterial, por meio de pesquisa realizada numa cidade declarada Patrimônio Mundial pela Unesco no Mali, a autora discute as

discrepâncias entre projetos de restauração de casas tradicionais por parte de associações patrimoniais atuantes na cidade e as aspirações e preocupações da população envolvida. Discursos de autenticidade que remetiam ao passado colonial deram a tônica a um longo projeto executado por arqueólogos e arquitetos, responsável por restaurar cerca de uma centena de casas na cidade. A prevalência da estética (e política) eurocentrada, com forte ênfase nas demandas turísticas para a região, não impediu que jovens em transição para a idade adulta se apropriassem dos espaços que lhes eram devidos, a despeito das inúmeras carências materiais.

Por fim, no capítulo 6 — “As coisas das pessoas: o patrimônio de uns e de outros na patrimonialização da etnicidade nos Camarões e no Mali —, Germain Loumpet nos fornece uma bela análise sobre o patrimônio cultural enquanto objeto de estudo, por um lado, e como projeto político, por outro. Segundo o autor, patrimônio é um conceito que tem se difundido nas últimas décadas no continente africano, e vem sendo debatido a partir das suas múltiplas acepções. Um debate que vem ganhando contornos importantes por meio das reivindicações de restituição de obras de arte africanas então mantidas em museus europeus. Loumpet defende a existência de uma “consciência patrimonial” na África, que se constitui pelo manejo de ações e discursos diversos advindos tanto dos ideais e atividades pan-africanistas (I Festival Mundial de Artes Negras/Dakar, 1966; Festival Pan-Africano de Argel, 1969; reunião da Organização da União Africana em 1976; entre outras) como das organizações e cooperações internacionais.

O autor discorre sobre como, em determinados eventos e em certos documentos, a noção de cultura foi sendo mobilizada — especialmente no contexto pós-independências — para defender a soberania e a “resistência” das expressões dos povos que habitam deferentes partes do continente. Ao analisar documentos oficiais produzidos pelo governo camaronês

em distintos momentos da história do país, Loumpet reflete como as definições de patrimônio são vagas, ambivalentes, abstratas. Mas, para além disso, o autor nos mostra como o termo foi sendo incorporado mais amplamente no vocabulário corrente nos Camarões, e quais são as implicações do ponto de vista das questões identitárias (etnicidade, unidade nacional, etc.), ideológicas (tradição, modernidade, autenticidade, nostalgia, pureza, etc.), mercadológicas e museológicas naquela sociedade.

De fato, a noção de patrimônio cultural, no continente africano, assumiu papel central no desenho das políticas nacionalistas decorrentes dos processos de descolonização e ainda é utilizada por muitos países para se referirem à produção cultural oriunda do gênio criativo de sujeitos africanos. Os sentidos dessa noção, contudo, vêm mudando ao longo dos anos, acompanhando as dinâmicas políticas das sociedades africanas. O termo vem ganhando, ainda, novos usos e significados por meio dos estudos e do debate político que se avolumam em torno na restituição de objetos museológicos, conforme sugere Loumpet em seu texto.

Para finalizar esta Introdução, eu gostaria de propor uma reflexão sobre o uso da noção de patrimônio cultural em contextos africanos a partir dos estudos conduzidos pelos pesquisadores desta coletânea e à luz de outros autores que vêm pensando sobre o tema. Sandroni (2022, p. 115) toma emprestada a ideia de Richard Kurin segundo o qual o termo “patrimônio cultural imaterial” é “um termo técnico, um tanto esquisito”; acrescenta que é também “uma expressão abstrata, sujeita a múltiplas interpretações e, se podemos dizer assim, a múltiplas implementações, realizadas em uma variedade de contextos políticos e relações de poder”. Não poderíamos estar mais de acordo. Gonçalves (2003) já havia nos mostrado

como o termo patrimônio é uma categoria de pensamento¹⁸, interpretada pelos mais variados agrupamentos humanos a partir das perspectivas as mais distintas, gerando assim múltiplos significados.

Germain Loumpet, a esse respeito, afirmou acertadamente que

em suas múltiplas dimensões, o patrimônio define, portanto, uma realidade polissêmica, de contornos distintos, que a maioria das línguas africanas não consegue nomear senão por analogias e níveis de linguagem, pois abrange uma realidade inqualificável — ao mesmo tempo, evidente, íntima e secreta (p. 247 desta coletânea).

As dificuldades impostas pela polissemia do termo não impedem, contudo, que o qualifiquemos. Sandroni (2022, p. 115) propôs que “patrimônio cultural imaterial’ diz respeito a pessoas e processos”, os quais “são intrinsecamente políticos, e seu sucesso em relação a metas definidas depende da capacidade de organização e mobilização de pessoas e de recursos”. Justamente por isso, segundo o autor, processos de reconhecimento são propícios ao surgimento de novos atores políticos, que se organizam para agir em prol da preservação de suas práticas culturais. Tais atores são, em geral, “oriundos de setores da população relativamente desfavorecidos em termos de recursos econômicos, educacionais, sanitários e outros” (*Ibid.*).

Como poderemos perceber em vários dos casos trabalhados pelos autores desta coletânea, estamos diante de situações de acentuada escassez de recursos materiais que não podem ser excluídas das discussões sobre patrimônio cultural. Nem sempre as políticas de preservação trarão

¹⁸ “estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” [...] (Gonçalves, 2009, p. 22).

benefícios imediatos para os detentores do patrimônio reconhecido (seja pela Unesco, seja por instituições estatais), mas não podemos deixar de refletir ativamente sobre as possibilidades reais de melhorias endógenas geradas pelo acesso efetivo a meios dignos de existência facilitados por políticas de salvaguarda de bens culturais.

Gonçalves (2009, p. 28-29) assinala que

a originalidade da contribuição dos antropólogos à construção e ao entendimento da categoria patrimônio reside, talvez, na ambiguidade da noção antropológica de cultura, permanentemente exposta às mais diversas concepções nativas. Explorando essa direção de pensamento, é a própria categoria patrimônio que vem a ser pensada etnograficamente, tomando-se como referência o ponto de vista do outro. [...]

Não poderemos responder qual a melhor opção em termos de políticas de patrimônio. Mas, apontando para a dimensão universal dessa noção, talvez possamos iluminar as razões pelas quais os indivíduos e os grupos, em diferentes culturas, continuem a usá-la. Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria patrimônio, em suas variadas representações, parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural. Ao que parece, estamos diante de um problema bem mais complexo do que sugerem os debates políticos e ideológicos sobre o tema do patrimônio.

Transcrevo esta longa citação porque seu conteúdo dá o tom da conclusão. Em que pesem as tensões, dilemas e limitações das políticas de

patrimônio conduzidas pela Unesco ou com seu apoio direto, estas são indubitavelmente fontes de recursos estimáveis diante de conjunturas cada vez mais adversas. As discussões desta coletânea, frutos da pesquisa sobre fenômenos da vida sociocultural em contextos africanos diversos, têm muito a contribuir para o campo de estudos do patrimônio cultural, em especial na sua interface com a Antropologia. Espero que a esta iniciativa se somem muitas outras. Os debates públicos sobre autenticidade, pós colonialismo, transmissão geracional, movimentos sociais, Estado e nação, políticas de salvaguarda, entre outros, alcançarão um novo patamar de reflexão caso incorporem as questões oriundas das pesquisas em África, tais como as elaboradas pelos autores traduzidos nesta obra.

Maputo/Brasília, fevereiro e março de 2026.

Anexo

Tabela 1. Bens inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco* (2008-2025).

País	Nome do bem	Ano de inscrição
Argélia	Ahellil of Gourara	2008
Egito	Al-Sirah Al-Hilaliyyah epic	2008
Uganda	Barkcloth making in Uganda	2008
Moçambique	Chopi Timbila	2008
Marrocos	Cultural space of Jemaa el-Fna Square	2008
Guiné Conacri	Cultural space of Sosso-Bala	2008

País	Nome do bem	Ano de inscrição
Mali	Cultural space of the Yaaral and Degal	2008
Costa do Marfim	Gbofe of Afounkaha, the music of the transverse trumps of the Tagbana community	2008
Malawi, Moçambique e Zâmbia	Gule Wamkulu	2008
Nigéria	Ifa divination system	2008
Gâmbia-Senegal	Kangurang, Manding initiatory rite	2008
Zâmbia	Makishi masquerade	2008
Zimbabwe	Mbende Jerusarema dance	2008
Marrocos	Moussem of Tan-Tan	2008
Benin, Nigéria e Togo	Oral heritage of Gelede	2008
República Centro Africana	Polyphonic singing of the Aka Pygmies of Central Africa	2008
Malawi	Vimbuza healing dance	2008
Madagascar	Woodcrafting knowledge of the Zafimaniry	2008
Nigéria	Ijele masquerade	2009
Mali	Manden Charter, proclaimed in Kurukan Fuga	2009
Mali	Septennial re-roofing ceremony of the Kamablon, sacred house of Kangaba	2009
Marrocos	Cherry festival in Sefrou	2012
Mali, Burkina Faso e Costa do Marfim	Cultural practices and expressions linked to the balafon of the Senufo communities of Mali, Burkina Faso and Côte d'Ivoire	2012

País	Nome do bem	Ano de inscrição
Argélia	Rites and craftsmanship associated with the wedding costume tradition of Tlemcen	2012
Etiópia	Commemoration feast of the finding of the True Holy Cross of Christ	2013
Argélia, Mali e Níger	Practices and knowledge linked to the Imzad of the Tuareg communities of Algeria, Mali and Niger	2013
Senegal	Xooy, a divination ceremony among the Serer of Senegal	2013
Marrocos	Argan, practices and know-how concerning the argan tree	2014
Mali	Coming forth of the masks and puppets in Markala	2014
Níger	Practices and expressions of joking relationships in Niger	2014
Argélia	Ritual and ceremonies of Sebeïba in the oasis of Djanet, Algeria	2014
Burundi	Ritual dance of the royal drum	2014
Malawi	Tchopa, sacrificial dance of the Lhomwe people of southern Malawi	2014
Ilhas Maurício	Traditional Mauritian Sega	2014
Namíbia	Oshituthi shomagongo, marula fruit festival	2015
Argélia	Sbuâ, annual pilgrimage to the zawiya of Sidi El Hadj Belkacem in Gourara	2015
Etiópia	Fichee-Chambalaalla, New Year festival of the Sidama people	2015
Nigéria	Argungu international fishing and cultural festival	2016

País	Nome do bem	Ano de inscrição
Ilhas Maurício	Bhojpuri folk songs in Mauritius, Geet-Gawai	2016
Etiópia	Gada system, an indigenous democratic socio-political system of the Oromo	2016
Egito	Tahteeb, stick game	2016
Malawi	Nsima, culinary tradition of Malawi	2017
Ilhas Maurício	Sega tambour of Rodrigues Island	2017
Costa do Marfim	Zaouli, popular music and dance of the Guro communities in Côte d'Ivoire	2017
Zâmbia	Mooda dance of the Lenje ethnic group of Central Province of Zambia	2018
Malawi	Mwinoghe, joyous dance	2018
Tunísia	Pottery skills of the women of Sejnane	2018
Etiópia	Ethiopian epiphany	2019
Marrocos	Gnawa	2019
Cabo Verde	Morna, musical practice of Cabo Verde	2019
Nigéria	Kwagh-Hir theatrical performance	2019
Malawi e Zimbábue	Art of crafting and playing Mbira/Sansi, the finger-plucking traditional musical instrument in Malawi and Zimbabwe	2020
Zâmbia	Budima dance	2020
Tunísia	Charfia fishing in the Kerkennah Islands	2020
Argélia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia	Knowledge, know-how and practices pertaining to the production and consumption of couscous	2020
Senegal	Ceebu Jën, a culinary art of Senegal	2021

País	Nome do bem	Ano de inscrição
República Democrática do Congo	Congolese rumba	2021
Madagascar	Malagasy Kabary, the Malagasy oratorical art	2021
Ilhas Seychelles	Moutya	2021
Marrocos	Tbourida	2021
Egito	Festivals related to the Journey of the Holy family in Egypt	2022
Zâmbia	Kalela dance	2022
Argélia	Raï, popular folk song of Algeria	2022
Bahrein, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Mauritânia, Marrocos, Omã, Estado da Palestina, Qatar, Arábia Saudita, Sudão, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, Iêmen.	Date palm, knowledge, skills, traditions and practices	2022
Angola	Sona, drawings and geometric figures on sand	2023
Nigéria	Sango Festival, Oyo	2023
Etiópia	Shuwalid festival	2023
Colômbia, Chipre, Alemanha, Quirguistão, Luxemburgo, Nigéria, Eslovênia e Togo	Midwifery: knowledge, skills and practices	2023
Marrocos	Malhun, a popular poetic and musical art	2023
Mauritânia	Mahadra, a community system for transmission of traditional knowledge and oral expressions	2023

País	Nome do bem	Ano de inscrição
Madagascar	Hiragasy, a performing art of the Central Highlands of Madagascar	2023
Sudão	Procession and celebrations of Prophet Mohammed's birthday in Sudan	2023
Camarões	Nguon, rituals of governance and associated expressions in the Bamoun community	2023
Costa do Marfim	Traditional skills of loincloth weaving in Côte d'Ivoire	2023
Iraque, Argélia, Egito, Mauritânia, Marrocos, Estado da Palestina, Arábia Saudita, Sudão, Tunísia e Iêmen	Arts, skills and practices associated with engraving metals (gold, silver and copper)	2023
Tunísia	Performing arts among the Twāyef of Ghbonten	2024
Argélia	The women's ceremonial costume in the Eastern region of Algeria: knowledge and skills associated with the making and adornment of the Gandoura, the Melehfa, the Caftan, the Quat and the Lhef	2024
Egito e Arábia Saudita	Semsemiah: instrument crafting and playing	2024
Mali, Burkina Faso, Costa do Marfim e Indonésia	Cultural practices and expressions linked to Balafon and Kolintang in Mali, Burkina Faso, Côte d'Ivoire and Indonesia	2024
Nigéria	Durbar in Kano	2024

País	Nome do bem	Ano de inscrição
Emirados Árabes Unidos, Argélia, Bahrein, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Mauritânia, Marrocos, Omã, Estado da Palestina, Qatar, Arábia Saudita, Sudão, Tunísia, Iêmen.	Henna: rituals, aesthetic and social practices	2024
Costa do Marfim	Skills related to Attiéké production in Côte d'Ivoire	2024
Mauritânia	The Epic of Samba Gueladio	2024
Gana	Craftsmanship of traditional woven textile Kente	2024
Camarões	Ngondo, worship of water oracles and associated cultural traditions among the Sawa	2024
Zâmbia	Mangwengwe dance	2024
Ruanda	Intore	2024
Etiópia, Djibouti e Somália	Xeer Ciise: Oral customary laws of Somali-Issa communities in Ethiopia, Djibouti and Somalia	2024
Sudão	Al-Jertiq: practices, rituals and expressions for preservation, protection, abundance and fertility in Sudan	2025
Síria, Iraque, Jordânia, Líbia, Omã, Estado da Palestina, Arábia Saudita, Tunísia e Emirados Árabes Unidos	Arabic Kohl	2025

País	Nome do bem	Ano de inscrição
Marrocos	Moroccan Caftan: art, traditions and skills	2025
Etiópia	Gifaataa, Wolaita people New Year Festival	2025
Egito	Koshary, daily life dish and practices associated with it	2025
São Tomé e Príncipe	Tchiloli, living theatre of Sao Tome and Principe in the quest of justice	2025
Madagascar	Tsapiky, rhythm and musical style characteristic of the South-West region of Madagascar	2025
Gana	Highlife music and dance	2025
Togo	The bearing of the sacred stone or the rites of the New Year in the Ghin country in Togo	2025
Gabão, Camarões e Congo	Mvet Oyeng, musical art, practices and skills associated with the Ekang community	2025
Djibouti, Comores, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Jordânia, Mauritània e Somália	The zaffa in the traditional wedding	2025
Chade e Camarões	Guruna, a practice of pastoral, socio-cultural and artistic retreats centered on livestock among the Massa	2025

Fonte: elaboração da autora, com base em dados disponíveis em: <https://ich.unesco.org/en/lists>. Último acesso: 27 fev. 2026.

* Nota: No caso de candidaturas multinacionais, os países africanos aparecem em negrito.

Referências

ABREU, Regina M. R. M. Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural: notas sobre a experiência francesa de distinção do Mestre da Arte. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Imaterial: ressonâncias Norte e Sul. **e-cadernos ces**, v. 21, p. 14-32, 2014.

ARANTES, Antonio. Safeguarding: A key dispositif of UNESCO's Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage. **Vibrant**, v. 16, e16201, p. 1-17, 2019a.

ARANTES, Antonio. The Governance of *Safeguarding*. Comments on Article 2.3 of UNESCO's Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage. **Vibrant**, v. 16, e16301, p. 1-21, 2019b.

ARANTES, Antonio. Salvaguarda, um dispositivo-chave de gestão patrimonial. *In*: SANT'ANNA, Marcia; QUEIROZ, Hermano (Orgs.). **Em defesa do patrimônio cultural: percursos e desafios**. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

BAYART, Jean-François. **L'État en Afrique**. Paris: Fayard, 1989.

BERLINER, David. **Losing culture: nostalgia, heritage, and our accelerated times**. New Brunswick, Camden; Newark, New Jersey; London: Rutgers University Press, 2020.

BERLINER, David; BORTOLOTTI, Chiara (Orgs.). **Le monde selon l'Unesco**. Paris: Museu do Quai Branly, v. 18, p. 98-123, 2013.

BLIER, Suzanne Preston. **The anatomy of architecture: ontology and metaphor in Batammaliba architectural expression.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BORTOLOTTI, Chiara. From objects to processes: UNESCO's intangible cultural heritage. **Journal of Museum Ethnography**, n. 19, p. 21-33, 2007.

BORTOLOTTI, Chiara. L'Unesco comme arène de traduction: la fabrique globale du patrimoine immatériel. *In*: BERLINER, David; BORTOLOTTI, Chiara (Orgs.). **Le monde selon l'Unesco.** v. 18. Paris: Museu do Quai Branly, 2013.

BORTOLOTTI, Chiara. Patrimônio e o futuro da autenticidade. **Revista do Patrimônio**, n. 36 – Patrimônio: desafios e perspectivas. Brasília: Iphan, 2017.

BRUMANN, Christoph. Comment le Patrimoine Mondial de l'Unesco devient Immatériel. **Gradhiva**, n. 18, p. 22-49, dez. 2013.

BRUMANN, Christoph. Imagining the ground from afar: why the sites are so remote in World Heritage Committee Sessions. *In*: BRUMANN, Christoph; BERLINER, David (Eds.). **World Heritage on the ground.** Oxford: Berghahn Books, 2016. p. 273-294.

BRUMANN, Christoph. **Multilateral ethnography: entering the World Heritage Arena.** Halle: Max Planck Institute for Social Anthropology, 2012.

BRUNER, Edward M. **Tourism in Ghana: the representation of slavery and the return of the black diaspora.** **American Anthropologist**, v. 98, n. 2, p. 290-304, 1996.

CHANAIWA, David. A África Austral. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Eds.). **História geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010.

COOPER, Frederik. **Colonialism in question: theory, knowledge, history.** Berkeley: University of California Press, 2005.

FERRARA, Gianira; MORAIS, Sara. For a shared safeguard of Mozambique Chopi Timbila. *In: FALK, Elvind; PARK, Seong-Yong (Eds.). **Traditional music instruments: sharing experiences from the field.*** República da Coreia: UNESCO-ICHCAP and #HeritageAlive, 2021.

GARCIA, Marina Mafra. Fabricando patrimônios: a UNESCO como arena de reconhecimento. *E-cadernos CES*, n. 21 – Dez anos da Convenção do Patrimônio Imaterial: ressonâncias Norte e Sul, 2014.

HAFSTEIN, Valdimar. Celebrando as diferenças, reforçando a conformidade. *In: SANDRONI, Carlos; SALLES, Sandro Guimarães de (Orgs.). **Patrimônio cultural em discussão: novos desafios teórico-metodológicos.*** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. p. 17-39.

HAFSTEIN, Valdimar. **Making intangible heritage: El Condor Pasa and other stories from UNESCO.** Bloomington: Indiana University Press, 2018.

HARTMAN, Saidya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão.** São Paulo: Bazar do Tempo, 2021.

JOY, Charlotte. **The politics of heritage management in Mali: from UNESCO to Djenné.** Londres; Nova Iorque: Routledge, 2016.

LABADI, Sophia. **UNESCO, cultural heritage, and outstanding universal value: value-based analyses of the World Heritage and Intangible Cultural Heritage Convention.** Lanham, MD: AltaMira Press, 2013.

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism.** Princeton: Princeton University Press, 1996.

MESKELL, Lynn. **A future in ruins: UNESCO, World Heritage, and the dream of peace.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

MESKELL, Lynn. The rush to inscribe: reflections on the 35th session of the World Heritage Committee, UNESCO Paris, 2011. **Journal of Field Archaeology**, v. 37, n. 2, p. 145-151, 2012.

MORAIS, Sara. As *timbila* de Moçambique no concerto das nações. **Locus: Revista de História**, v. 26, n. 2, p. 261-290, 2020.

MORAIS, Sara. **O palco e o mato: o lugar das timbila no projeto de construção da nação em Moçambique**. Brasília: ABA Publicações; Rio de Janeiro: Telha, 2024.

NIELSEN, Bjarke. L'Unesco et le culturellement correct. **Gradhiva**, n. 18, p. 74-97, 2013.

PEREIRA, Luena N. N. O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639. In: LECHINI, Gladys (Org.). **Los estudios afroamericanos y africanos en America Latina: herencia, presencia e visiones del otro**. Buenos Aires: Clacso, 2008.

PETERSON, Derek R.; GAVUA, Kodzo; RASSOOL, Ciraj (Orgs.). **The politics of heritage in Africa: economies, histories and infrastructures**. New York: Cambridge University Press, 2015.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 2017.

TAMASO, Izabela. Os patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. **Antropológicas**, v. 26, n. 2, p. 156-185, 2015.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **O tempo e o medo: ensaios de antropologia política no sul de Moçambique**. Tese (Livre-docência) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

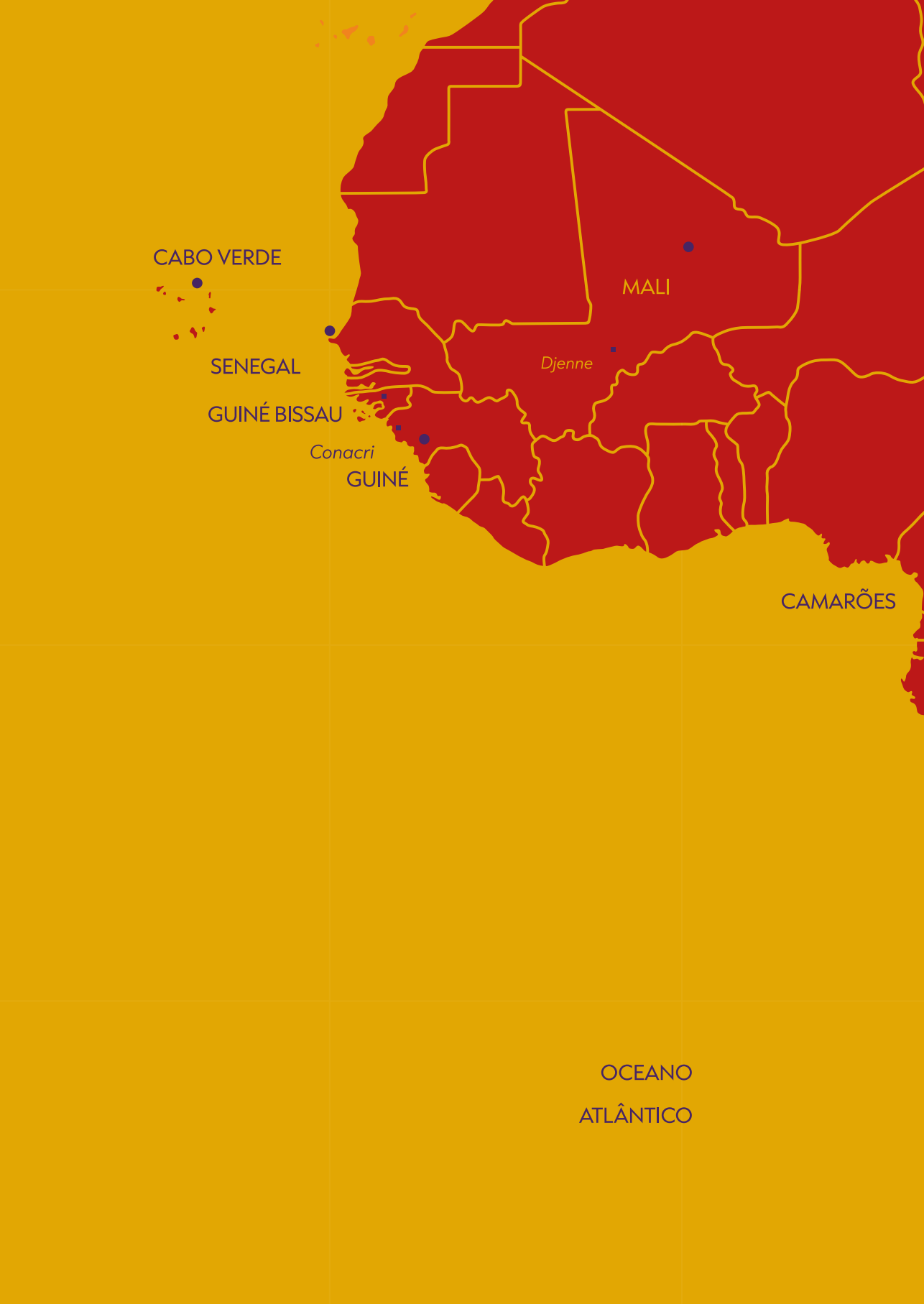
TRAJANO FILHO, Wilson. Rumores: uma narrativa da nação. **Série Antropologia**, v. 143. Departamento de Antropologia da UnB, 1993.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. 1972. Paris: UNESCO, 1972.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**. 2003. Paris: UNESCO, 2003.

UNESCO. **Masterpieces of the oral and intangible heritage of humanity: Proclamations 2001, 2003 and 2005**. Paris: UNESCO, 2006.





CABO VERDE

SENEGAL

GUINÉ BISSAU

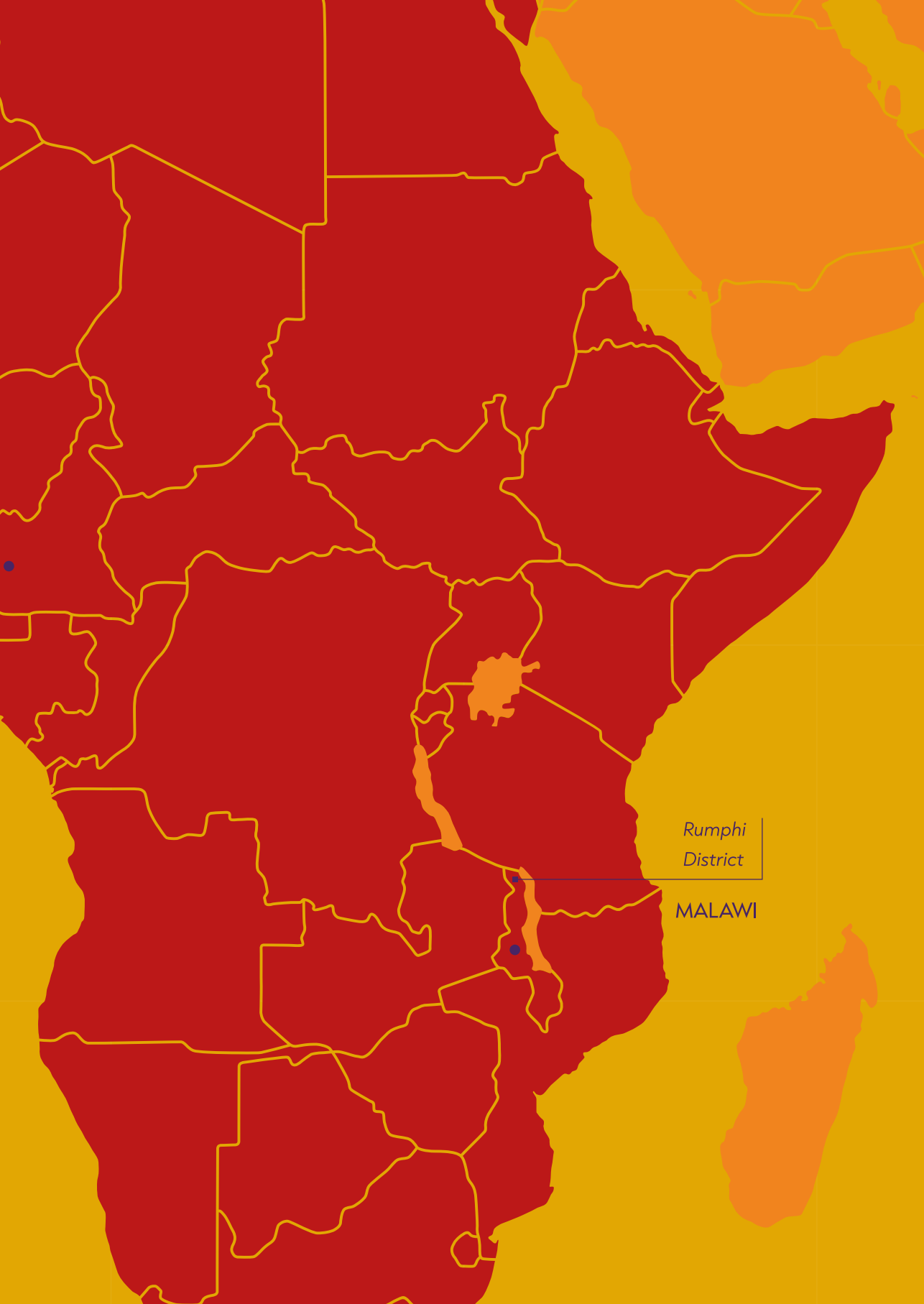
Conacri
GUINÉ

MALI

Djene

CAMARÕES

OCEANO
ATLÂNTICO



Rumphi
District

MALAWI

